

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

No. 9262. CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1968

PROTOCOLO PARA A CONTINUAÇÃO EM VIGOR DO CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1968 PRORROGADO

Os Governos que são Parte do presente Protocolo,

Considerando que o Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado deve expirar, segundo os termos do parágrafo 1º de seu Artigo 69, em 30 de setembro de 1975,

Considerando que o tempo necessário para negociar um novo Convênio com disposições de caráter econômico e para completar os procedimentos constitucionais de aprovação, ratificação ou aceitação não permitirá a entrada em vigor desse Convênio em 1º de outubro de 1975; e

Considerando que, a fim de dispor de tempo suficiente para proceder à negociação de um novo Convênio e para completar os necessários procedimentos constitucionais, deverá o Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado continuar em vigor para além de 30 de setembro de 1975,

Convieram no seguinte:

Artigo 1º. O Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado (a seguir designado «o Convênio») continuará em vigor entre as Partes do presente Protocolo até 30 de setembro de 1976. Se antes dessa data entrar em vigor um novo Convênio Internacional do Café, deixará o presente Protocolo de ter efeito na data de entrada em vigor do novo Convênio Internacional do Café. Se, até 30 de setembro de 1976, um novo Convênio tiver sido negociado e tiver recebido um número de assinaturas suficiente para permitir a sua entrada em vigor após aprovação, ratificação ou aceitação, de acordo com as disposições pertinentes, mas não tiver entrado em vigor, provisória ou definitivamente, continuará vigorando o presente instrumento até entrar em vigor o novo Convênio, desde que esse período de prorrogação não seja superior a doze meses.

Artigo 2º. 1º. Os Governos podem tornar-se Parte do presente Protocolo mediante:

- a) assinatura;
- b) aprovação, ratificação ou aceitação, depois de assinatura sob condição de posterior aprovação, ratificação ou aceitação; ou
- c) adesão, nos termos do Artigo 6º do presente Protocolo.

2º. Ao assinar o presente Protocolo, todo Governo signatário deve declarar formalmente se, de acordo com os seus respectivos procedimentos constitucionais, fica a assinatura subordinada ou não a posterior aprovação, ratificação ou aceitação.

Artigo 3º. O presente Protocolo fica aberto, na sede das Nações Unidas, desde 1º de novembro de 1974 até 31 de março de 1975, inclusive, à assinatura de todo Governo que, na data de assinatura, seja Parte do Convênio.

Artigo 4º. Nos casos que exigirem aprovação, ratificação ou aceitação, devem os instrumentos apropriados ser depositados com o Secretário-Geral das Nações Unidas até, o mais tardar, 30 de setembro de 1975.

Artigo 5º. 1º. O presente Protocolo entra definitivamente em vigor em 1º de outubro de 1975 entre os Governos que o tiverem assinado ou, caso os seus respectivos procedimentos constitucionais assim o exigirem, que tiverem depositado instrumentos de aprovação, ratificação ou aceitação, desde que, nessa data, tais Governos representem, pelo menos, vinte Membros Exportadores com a maioria dos votos dos Membros Exportadores e, pelo menos, dez Membros Importadores com a maioria dos votos dos Membros Importadores. A distribui-

ção dos votos para esse fim é a que consta do Anexo ao presente Protocolo. Alternativamente, desde que satisfeitas as exigências deste parágrafo, o Protocolo entra definitivamente em vigor em qualquer data depois de vigorar provisoriamente. No caso de Governos que depositem seu respectivo instrumento de aprovação, ratificação, aceitação ou adesão posteriormente à entrada definitiva em vigor do Convênio entre outros Governos, o presente Protocolo entra definitivamente em vigor na data desse depósito.

2º. O presente Protocolo pode entrar provisoriamente em vigor em 1º de outubro de 1975. Para tal fim, considera-se como tendo efeito idêntico ao de um instrumento de aprovação, ratificação ou aceitação, uma notificação recebida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas até, o mais tardar, 30 de setembro de 1975, firmada por um Governo signatário assumido o compromisso de aplicar provisoriamente o presente Protocolo e de procurar, com a maior brevidade possível, obter a sua aprovação, ratificação ou aceitação, de conformidade com os seus respectivos procedimentos constitucionais. O Governo que se comprometer a aplicar provisoriamente o presente Protocolo, enquanto não efetuar o depósito do instrumento de aprovação, ratificação ou aceitação, será provisoriamente considerado Parte do Protocolo até 31 de dezembro de 1975, inclusive, a menos que, antes dessa data, deposite o competente instrumento de aprovação, ratificação ou aceitação. A qualquer Governo que esteja aplicando provisoriamente o presente Protocolo poderá ser concedida pelo Conselho uma prorrogação do prazo para o depósito de seu respectivo instrumento de aprovação, ratificação ou aceitação.

3º. Se, em 1º de outubro de 1975, o presente Protocolo não tiver entrado em vigor, definitiva ou provisoriamente, os Governos que o tiverem assinado ou tiverem feito o depósito dos instrumentos de aprovação, ratificação ou aceitação, ou que tiverem enviado notificações em que se comprometem a aplicar provisoriamente o presente Protocolo e a procurar obter a sua aprovação, ratificação ou aceitação, podem, imediatamente após aquela data, proceder a consultas a fim de examinar as medidas exigidas pelo situação e decidir, por acordo mútuo, que o Protocolo passa a vigorar entre eles. De igual modo, caso o Protocolo tenha entrado em vigor provisoriamente, mas não tenha entrado definitivamente em vigor em 31 de dezembro de 1975, os Governos que tiverem feito o depósito de seus instrumentos de aprovação, ratificação ou aceitação podem proceder a consultas a fim de examinar as medidas exigidas pela situação e decidir, por acordo mútuo, que, entre eles, o Protocolo continua a vigorar provisoriamente ou passa a vigorar definitivamente.

Artigo 6º. 1º. Observadas as condições a serem estabelecidas pelo Conselho, o Governo de qualquer Estado membro das Nações Unidas ou de qualquer de suas agências especializadas pode aderir ao presente Protocolo.

2º. O Governo que depositar um instrumento de adesão deve, ao fazer o depósito, indicar se adere à Organização como Membro Exportador ou como Membro Importador, de acordo com as definições dos parágrafos 7º e 8º do Artigo 2º do Convênio.

3º. Os instrumentos de adesão devem ser depositados com o Secretário-Geral das Nações Unidas. A adesão considera-se efetiva a partir do momento de depósito do respectivo instrumento.

Artigo 7º. Todo Governo que seja Parte do presente Protocolo pode fazer as notificações relativas a participação em grupo e a território dependentes previstas nos Artigos 5º e 65. do Convênio, respeitadas as disposições desses Artigos.

Artigo 8º. O Convênio e o presente Protocolo passam a constituir um instrumento único, conhecido como o Convênio Internacional do Café de 1968 Prorrogado por Protocolo.

EM FÉ DO QUE OS abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmaram o presente Protocolo nas datas que aparecem ao lado de suas assinaturas.

Os textos do presente Protocolo em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos. Os originais ficarão depositados com o Secretário-Geral das Nações Unidas, que

transmitirá cópias autenticadas dos mesmos a todas as Partes signatárias do Protocolo ou que a ele venham a aderir.

O texto do presente Protocolo foi aprovado pelo Conselho Internacional do Café, mediante sua Resolução Número 273, em 26 de setembro de 1974.

ANEXO

DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS

<i>País</i>	<i>Exportador</i>	<i>Importador</i>	<i>País</i>	<i>Exportador</i>	<i>Importador</i>
Austrália	4	—	Nova Zelândia	—	7
Bélgica*	—	31	OAMCAF	87	—
Bolívia	4	—	OAMCAF	(4)	—
Brasil	329	—	Camarões	(15)	—
Burúndi	8	—	Congo	(1)	—
Canadá	—	35	Costa do Marfim	(45)	—
Chipre	—	5	Daomé	(1)	—
Colômbia	112	—	Gabão	(1)	—
Costa Rica	21	—	República Centro-Africana	(3)	—
Dinamarça	—	25	República Malgaxe	(14)	—
Equador	16	—	Togo	3	—
El Salvador	34	—	Países Baixos	—	50
Espanha	—	29	Panamá	4	—
Estados Unidos da América	—	400	Paraguai	4	—
Etiópia	27	—	Peru	16	—
Finlândia	—	20	Portugal	47	—
França	—	92	Quênia	17	—
Gana	4	—	Reino Unido	—	57
Guatemala	32	—	República Dominicana	12	—
Guiné	6	—	República Federal da Alemanha	—	116
Haiti	12	—	Ruanda	6	—
Honduras	11	—	Serra Leoa	6	—
Índia	11	—	Suécia	—	40
Indonésia	25	—	Suíça	—	27
Jamaica	4	—	Tanzânia	15	—
Japão	—	39	Tchecoslováquia	—	10
Libéria	4	—	Trinidad e Tobago	4	—
México	31	—	Uganda	41	—
Nicarágua	13	—	Venezuela	9	—
Nigéria	4	—	Zaire	20	—
Noruega	—	17			
				TOTAL	1.000
					<u>1.000</u>

* Inclui o Luxemburgo.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

No. 9262. CONVENIO INTERNACIONAL DEL CAFÉ DE 1968

PROTOCOLO PARA MANTENER EN VIGOR EL CONVENIO INTERNACIONAL DEL CAFÉ DE 1968 PRORROGADO

Los Gobiernos que son Parte del presente Protocolo,

Considerando que el Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado debe expirar, en virtud de las disposiciones del párrafo 1 del Artículo 69 del mismo, el 30 de septiembre de 1975;

Considerando que el tiempo necesario para negociar un nuevo Convenio dotado de disposiciones económicas y para llevar a efecto los procedimientos constitucionales de aprobación, ratificación o aceptación no permitirá que tal Convenio entre en vigor el 1º de octubre de 1975; y

Considerando que, a fin de disponer de tiempo suficiente para negociar un nuevo Convenio y para llevar a término los necesarios procedimientos constitucionales, el Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado debe continuar en vigor con posterioridad al 30 de septiembre de 1975,

Convienen lo que sigue:

Artículo 1. El Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado (llamado en lo sucesivo «el Convenio») continuará en vigor entre las Partes del presente Protocolo hasta el 30 de septiembre de 1976. Si entrase en vigor con anterioridad a esa fecha un nuevo Convenio Internacional del Café, el presente protocolo dejará de tener efecto en la fecha en que entre en vigor el nuevo Convenio Internacional del Café. Si, al 30 de septiembre de 1976, se hubiere negociado un nuevo Convenio y hubiere recibido un número de firmas suficientes para permitirle entrar en vigor una vez aprobado, ratificado o aceptado de conformidad con las disposiciones pertinentes, pero no hubiere entrado en vigor provisional o definitivamente, el presente instrumento seguirá vigente hasta la entrada en vigor del nuevo Convenio, a condición de que ese período de prórroga no exceda de doce meses.

Artículo 2. 1) Los Gobiernos podrán pasar a ser Parte del presente Protocolo mediante:

- a) firma del mismo;
- b) aprobación, ratificación o aceptación del mismo, tras haberlo firmado a reserva de aprobación, ratificación o aceptación; o
- c) adhesión al mismo, de conformidad con las disposiciones del Artículo 6 del presente Protocolo.

2) Al firmar el presente Protocolo, cada Gobierno signatario declarará formalmente si, de conformidad con sus procedimientos constitucionales, su firma se hace o no a reserva de aprobación, ratificación o aceptación.

Artículo 3. El presente Protocolo estará abierto, en la Sede de las Naciones Unidas, desde el 1º de noviembre de 1974 hasta el 31 de marzo de 1975 inclusive, a la firma de todo Gobierno que en la fecha de la firma sea Parte del Convenio.

Artículo 4. En los casos en que sea necesaria aprobación, ratificación o aceptación, los pertinentes instrumentos serán depositados en poder del Secretario General de las Naciones Unidas a más tardar el 30 de septiembre de 1975.

Artículo 5. 1) El presente Protocolo entrará en vigor definitivamente el 1º de octubre de 1975 entre los Gobiernos que lo hayan firmado o que, si así lo exigieren sus respectivos pro-

cedimientos constitucionales, hayan depositado instrumentos de aprobación, ratificación o aceptación, a condición de que, en esa fecha, dichos Gobiernos representen por lo menos veinte Miembros exportadores que tengan por lo menos la mayoría de los votos de los Miembros exportadores, y por lo menos diez Miembros importadores que tengan por lo menos la mayoría de los votos de los Miembros importadores. A ese fin, la distribución de votos será la que figura en el Anexo del presente Protocolo. Por otra parte, entrará en vigor definitivamente en cualquier momento posterior a la entrada en vigor provisional en que se cumplan los requisitos que constan en este párrafo. En el caso de los Gobiernos que depositen un instrumento de aprobación, ratificación, aceptación o adhesión después de que el Convenio haya entrado definitivamente en vigor para otros Gobiernos, el presente Protocolo entrará en vigor definitivamente en la fecha de tal depósito.

2) El presente Protocolo podrá entrar en vigor provisionalmente el 1º de octubre de 1975. A tal fin, la notificación de un Gobierno signatario de que se compromete a aplicar provisionalmente el presente Protocolo y a gestionar la aprobación, ratificación o aceptación del mismo a la mayor brevedad posible con arreglo a sus procedimientos constitucionales, que sea recibida por el Secretario General de las Naciones Unidas a más tardar el 30 de septiembre de 1975, se considerará que tiene los mismos efectos que un instrumento de aprobación, ratificación o aceptación. Todo Gobierno que se comprometa a aplicar provisionalmente el presente Protocolo mientras no haya depositado un instrumento de aprobación, ratificación o aceptación, será considerado Parte provisional del mismo hasta que deposite su instrumento de aprobación, ratificación o aceptación, o hasta el 31 de diciembre de 1975 inclusive, si esta última fecha fuere anterior a la del depósito. El Consejo podrá conceder a cualquier Gobierno que aplique provisionalmente el presente Protocolo una prórroga del plazo fijado para que dicho Gobierno deposite su instrumento de aprobación, ratificación o aceptación.

3) Si el presente Protocolo no hubiere entrado en vigor definitiva o provisionalmente el 1º de octubre de 1975, los Gobiernos que lo hubieran firmado o depositado instrumentos de aprobación, ratificación o aceptación, o notificaciones de que se comprometen a aplicar provisionalmente el presente Protocolo y a gestionar la aprobación, ratificación o aceptación del mismo, podrán celebrar consultas entre sí, inmediatamente después de aquella fecha, para estudiar qué medidas son necesarias en tal situación, y podrán, de mutuo acuerdo, decidir que entrará en vigor entre ellos. Del mismo modo, si el presente Protocolo hubiere entrado en vigor provisionalmente, pero no definitivamente, el 31 de diciembre de 1975, los Gobiernos que hubieren depositado instrumentos de aprobación, ratificación o aceptación podrán celebrar consultas entre sí para estudiar qué medidas son necesarias en tal situación, y podrán de mutuo acuerdo, decidir que continuará en vigor provisionalmente, o que entrará en vigor definitivamente, entre ellos.

Artículo 6. 1) Podrá adherirse al presente Protocolo, en las condiciones que el Consejo establezca, el Gobierno de cualquier Estado Miembro de las Naciones Unidas o de cualquiera de sus organismos especializados.

2) El Gobierno que deposite un instrumento de adhesión indicará, en el momento de hacerlo, si ingresa en la Organización como Miembro exportador o como Miembro importador, tal como están definidos en los párrafos 7 y 8 del Artículo 2 del Convenio.

3) Los instrumentos de adhesión habrán de depositarse en poder del Secretario General de las Naciones Unidas. La adhesión será efectiva a partir del momento en que quede depositado el respectivo instrumento.

Artículo 7. Todo Gobierno que pase a ser Parte del presente Protocolo podrá efectuar las notificaciones relativas a la afiliación por grupos y a los territorios dependientes mencionadas en los Artículos 5 y 65 del Convenio, con sujeción a las disposiciones de dichos Artículos.

Artículo 8. El Convenio y el presente Protocolo serán considerados como un único instrumento, que se denominará el Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado mediante Protocolo.

EN FE DE LO CUAL, los infrascritos, debidamente autorizados a este efecto por sus respectivos Gobiernos, han firmado el presente Protocolo en las fechas que figuran junto a sus firmas.

Los textos en español, francés, inglés y portugués del presente Protocolo son igualmente auténticos. Los originales serán depositados en poder del Secretario General de las Naciones Unidas, quien transmitirá copias certificadas de los mismos a cada Parte signataria o que se adhiera al presente Protocolo.

El texto del presente Protocolo fue aprobado por el Consejo Internacional del Café mediante su Resolución N^o 273 de 26 de septiembre de 1974.

ANEXO

DISTRIBUCIÓN DE VOTOS

<i>País</i>	<i>Exportador</i>	<i>Importador</i>	<i>País</i>	<i>Exportador</i>	<i>Importador</i>
Australia	4	—	Nigeria	4	—
Bélgica*	—	31	Noruega	—	17
Bolivia	4	—	Nueva Zelandia	—	7
Brasil	329	—	OAMCAF	87	—
Burundi	8	—	OAMCAF	(4)	—
Canadá	—	35	Camerún	(15)	—
Colombia	112	—	Congo República Po-		
Costa Rica	21	—	pular del	(1)	—
Checoslovaquia	—	10	Costa de Marfil	(45)	—
Chipre	—	5	Dahomey	(1)	—
Dinamarca	—	25	Gabón	(1)	—
Ecuador	16	—	República Centrafricana .	(3)	—
El Salvador	34	—	República Malgache	(14)	—
España	—	29	Togo	3	—
Estados Unidos	—	400	Países Bajos	—	50
Etiopía	27	—	Panamá	4	—
Finlandia	—	20	Paraguay	4	—
Francia	—	92	Perú	16	—
Ghana	4	—	Portugal	47	—
Guatemala	32	—	Reino Unido	—	57
Guinea	6	—	República Dominicana	12	—
Haití	12	—	República Federal de Alemania	—	116
Honduras	11	—	Rwanda	6	—
India	11	—	Sierra Leona	6	—
Indonesia	25	—	Suecia	—	40
Jamaica	4	—	Suiza	—	27
Japón	—	39	Tanzania	15	—
Kenia	17	—	Trinidad y Tabago	4	—
Liberia	4	—	Uganda	41	—
México	31	—	Venezuela	9	—
Nicaragua	13	—	Zaire	20	—
			TOTAL	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>

* Incluido Luxemburgo.

For Australia:
Pour l'Australie :
Por Australia:
Pela Austrália:

ARCHIBALD DUNCAN CAMPBELL
26 March 1975¹

For Belgium:
Pour la Belgique :
Por Bélgica:
Pela Bélgica:

Sous réserve de ratification²
EDOUARD LONGERSTAEY
26 mars 1975³

For Bolivia:
Pour la Bolivie :
Por Bolivia:
Pela Bolívia:

JULIO ZAVALA URRIOLAGOITIA
Subject to ratification⁴
3/17/75

For Brazil:
Pour le Brésil :
Por el Brasil:
Pelo Brasil:

SÉRGIO ARMANDO FRAZÃO
Ad referendum da Congres National⁵
Le 6 janvier 1975⁶

For Burundi:
Pour le Burundi :
Por Burundi:
Pelo Burúndi:

JOSEPH NDABANIWE
31.3.1975
Sous réserve de ratification⁷

¹ 26 mars 1975.

² Subject to ratification.

³ 26 March 1975.

⁴ Sous réserve de ratification.

⁵ *Ad referendum* to the National Congress — *Ad referendum* au Congrès national.

⁶ 6 January 1975.

⁷ Subject to ratification.

For Cameroon:
Pour le Cameroun :
Por el Camerún:
Pelos Camarões:

FERDINAND OYONO
Le 27 mars 1975¹

For Canada:
Pour le Canada :
Por el Canadá:
Pelo Canadá:

SAUL FORBES RAE
March 27, 1975²

For the Central African Republic:
Pour la République Centrafricaine :
Por la República Centroafricana:
Pela República Centro-Africana:

DAVID N' GUINDO
31 mars 1975³

For Colombia:
Pour la Colombie :
Por Colombia:
Pela Colômbia:

AURELIO CAICEDO AYERBE
March 3rd./1975⁴
Sujeto a ratificación⁵

For the Congo:
Pour le Congo :
Por el Congo:
Pelo Congo:

NICOLAS MONDJO
New York, le 31 mars 1975⁶

¹ 27 March 1975.

² 27 mars 1975.

³ 31 March 1975.

⁴ 3 mars 1975.

⁵ Subject to ratification — Sous réserve de ratification.

⁶ New York, 31 March 1975.

For Costa Rica:
 Pour le Costa Rica :
 Por Costa Rica:
 Pela Costa Rica:

FERNANDO SALAZAR NAVARRETE
 November 19-1974¹
 Subject to ratification²

For Cyprus:
 Pour Chypre :
 Por Chipre:
 Pelo Chipre:

ZENON ROSSIDES
 17 March 1975³

For Czechoslovakia:
 Pour la Tchécoslovaquie :
 Por Checoslovaquia:
 Pela Tcheco-Eslováquia:

LADISLAV SMID
 28 March 1975⁴

For Dahomey:
 Pour le Dahomey :
 Por el Dahomey:
 Pelo Daomé:

TIAMIOU ADJIBADE
 31 mars 1975⁵

For Denmark:
 Pour le Danemark :
 Por Dinamarca:
 Pela Dinamarca:

HANS TABOR
 18 December 1974⁶

For the Dominican Republic:
 Pour la République Dominicaine :
 Por la República Dominicana:
 Pela República Dominicana:

¹ 19 novembre 1974.

² Sous réserve de ratification.

³ 17 mars 1975.

⁴ 28 mars 1975.

⁵ 31 March 1975.

⁶ 18 décembre 1974.

For Ecuador:
Pour l'Équateur :
Por el Ecuador:
Pelo Equador:

LEOPOLDO BENITES VINUEZA
January 28, 1975¹

For El Salvador:
Pour El Salvador :
Por El Salvador:
Pelo El Salvador:

MAURICIO ROSALES
26 de marzo de 1975²
Sujeto a ratificación³

For Ethiopia:
Pour l'Éthiopie :
Por Etiópia:
Pela Etiópia:

ATO YILMA TADESSE
March 28, 1975⁴

For Finland:
Pour la Finlande :
Por Finlandia:
Pela Finlândia:

AARNO KARHILO
Subject to ratification⁵
February 24, 1975⁶

For France:
Pour la France :
Por Francia:
Pela França:

JACQUES LECOMPT
18 mars 1975⁷
Sous réserve d'approbation⁸

¹ 28 janvier 1975.

² 26 March 1975 — 26 mars 1975.

³ Subject to ratification — Sous réserve de ratification.

⁴ 28 mars 1975.

⁵ Sous réserve de ratification.

⁶ 24 février 1975.

⁷ 18 March 1975.

⁸ Subject to approval.

For Gabon:
Pour le Gabon :
Por el Gabón:
Pelo Gabão:

ALEXIS OBAME
Le 27 mars 1975¹

For Germany, Federal Republic of:
Pour l'Allemagne, République fédérale d' :
Por Alemania, República Federal de:
Pela Alemanha, República Federal da:

Baron RÜDIGER VON WECHMAR
3-27-75

For Ghana:
Pour le Ghana :
Por Ghana:
Pelo Gana:

T. B. SAM
[24 March 1975]²

For Guatemala:
Pour le Guatemala :
Por Guatemala:
Pela Guatemala:

RENÉ MONTES CÓBAR
Subject to ratification ³
Feb/7/75⁴

For Guinea:
Pour la Guinée :
Por Guinea:
Pela Guiné:

JEANNE MARTIN CISSE
Le 21 février 1975⁵

¹ 27 March 1975.

² 24 mars 1975.

³ Sous réserve de ratification.

⁴ February 7, 1975 — 7 février 1975.

⁵ 21 February 1975.

For Haiti:
Pour Haïti :
Por Haití:
Pelo Haiti:

RAOUL SICLAIT
27 mars 1975¹
Sous réserve de ratification²

For Honduras:
Pour le Honduras :
Por Honduras:
Pelo Honduras:

ROBERTO MARTÍNEZ ORDÓÑEZ
Marzo 27 de 1975³

For India:
Pour l'Inde :
Por la India:
Pela India:

RIKHI JAIPAL
26 March 1975⁴

For Indonesia:
Pour l'Indonésie :
Por Indonesia:
Pela Indonésia:

AUGUST MASPAUNG
New York, 28 January 1975⁵

For the Ivory Coast:
Pour la Côte d'Ivoire :
Por la Costa de Marfil:
Pela Costa do Marfim:

SIMÉON AKE
Lundi, le 17 mars 1975⁶

For Jamaica:
Pour la Jamaïque :
Por Jamaica:
Pela Jamáica:

DONALD MILLS
19th March 1975⁷
Subject to ratification⁸

¹ 27 March 1975.

² Subject to ratification.

³ 27 March 1975 — 27 mars 1975.

⁴ 26 mars 1975.

⁵ New York, 28 janvier 1975.

⁶ Monday, 17 March 1975.

⁷ 19 mars 1975.

⁸ Sous réserve de ratification.

For Japan:
Pour le Japon :
Por el Japón:
Pelo Japão:

For Kenya:
Pour le Kenya :
Por Kenia:
Pelo Quênia:

CHARLES G. MAINA
26th March 1975¹

For Liberia:
Pour le Libéria :
Por Liberia:
Pela Libéria:

For Luxembourg:
Pour le Luxembourg :
Por Luxemburgo:
Pelo Luxemburgo:

Sous réserve de ratification²
EDOUARD LONGERSTAEY
26 mars 1975³

For Madagascar:
Pour Madagascar :
Por Madagascar:
Pelo Madagascar:

BLAISE RABETAFIKA
26 mars 1975⁴

For Mexico:
Pour le Mexique :
Por México:
Pelo México:

ALFONSO GARCÍA ROBLES
22-1-75
Ad referendum

¹ 26 mars 1975.

² Subject to ratification.

³ 26 March 1975.

⁴ 26 March 1975.

For the Netherlands:
Pour les Pays-Bas :
Por los Países Bajos:
Pelos Países-Baixos:

J. C. P. SPEYART VAN WOERDEN
Subject to acceptance
Sous réserve d'acceptation
27 March 1975¹

For New Zealand:
Pour la Nouvelle-Zélande :
Por Nueva Zelandia:
Pela Nova Zelândia:

JOHN MICHAEL ROGER MANSFIELD
27 March 1975²

For Nicaragua:
Pour le Nicaragua :
Por Nicaragua:
Pelo Nicarágua:

GUILLERMO LANG
2/14/75
Subject to ratification³

For Nigeria:
Pour le Nigéria :
Por Nigeria:
Pela Nigéria:

EDWIN OGBE OGBU
27 March, 1975⁴

For Norway:
Pour la Norvège :
Por Noruega:
Pela Noruega:

JAN ARVESEN
25 March 1975⁵

For Panama:
Pour le Panama :
Por Panamá:
Pelo Panamá:

AQUILINO E. BOYD
3/31/75

¹ 27 mars 1975.

² 27 mars 1975.

³ Sous réserve de ratification.

⁴ 27 mars 1975.

⁵ 25 mars 1975.

For Paraguay:
Pour le Paraguay :
Por el Paraguay:
Pelo Paraguai:

FRANCISCO BARREIRO MAFFIODO
19 March 1975¹
Subject to ratification²

For Peru:
Pour le Pérou :
Por el Perú:
Pelo Peru:

RICARDO STUBBS
Con cargo a posterior ratificación³
27 March 1975⁴

For Portugal:
Pour le Portugal :
Por Portugal:
Pelo Portugal:

JOSÉ VEIGA SIMÃO
Subject to ratification⁵
27.3.75

For Rwanda:
Pour le Rwanda :
Por Rwanda:
Pelo Ruanda:

CALLIXTE HABAMENSHI
22 janvier 1975⁶
Sous réserve de ratification⁷

For Sierra Leone:
Pour le Sierra Leone :
Por Sierra Leona:
Pela Serra Leoa:

EDWARD WILMOT BLYDEN III
31 March 1975⁸

¹ 19 mars 1975.

² Sous réserve de ratification.

³ Subject to ratification — Sous réserve de ratification.

⁴ 27 mars 1975.

⁵ Sous réserve de ratification.

⁶ 22 January 1975.

⁷ Subject to ratification.

⁸ 31 mars 1975.

For Spain:
Pour l'Espagne :
Por España:
Pela Espanha:

JAIME DE PINIÉS
27 de Marzo 1975¹

For Sweden:
Pour la Suède :
Por Suecia:
Pela Suécia:

PEDER HAMMARSKJÖLD
27 March 1975²

For Switzerland:
Pour la Suisse :
Por Suiza:
Pela Suíça:

SIGISMOND MARCUARD
24.3.75

For Togo:
Pour le Togo :
Por el Togo:
Pelo Togo:

DABRA TOGBE
Le 27 mars 1975³

For Trinidad and Tobago:
Pour la Trinité-et-Tobago :
Por Trinidad y Tabago:
Pelo Trinidad e Tobago:

EUSTACE E. SEIGNORET
Subject to ratification⁴
19 Feb. 1975⁵

For Uganda:
Pour l'Ouganda :
Por Uganda:
Pelo Uganda:

KHALID YOUNIS KINENE
11.3.1975⁶

¹ 27 March 1975 — 27 mars 1975.

² 27 mars 1975.

³ 27 March 1975.

⁴ Sous réserve de ratification.

⁵ 19 February 1975 — 19 février 1975.

⁶ 11 March 1975 — 11 mars 1975.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:
Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord :
Por el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte:
Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte:

IVOR RICHARD
14th March 1975¹

For the United Republic of Tanzania:
Pour la République-Unie de Tanzanie :
Por la República Unida de Tanzania:
Pela República Unida da Tanzânia:

SALIM AHMED SALIM
March 28, 1975²

For the United States of America:
Pour les Etats-Unis d'Amérique :
Por los Estados Unidos de América:
Pelos Estados Unidos da América:

W. TAPLEY BENNET
15 January 1975³

For Venezuela:
Pour le Venezuela :
Por Venezuela:
Pela Venezuela:

SIMÓN ALBERTO CONSALVI
31.III.75

For Yugoslavia:
Pour la Yougoslavie :
Por Yugoslavia:
Pela Yugoslavia:

JAKSA PETRIC
Subject to approval⁴
31 March 1975⁵

For Zaire:
Pour le Zaïre :
Por el Zaire:
Pelo Zaire:

¹ 14 mars 1975.

² 28 mars 1975.

³ 15 janvier 1975.

⁴ Sous réserve d'approbation.

⁵ 31 mars 1975.